A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) anunciaram a criação de um centro de treinamento para promover a agricultura familiar sustentável. Com sede em São Tomé e Príncipe, a instituição vai promover trocas de conhecimento entre técnicos, professores de escolas agrícolas e pequenos produtores.

O projeto dos dois organismos internacionais tem investimentos estimados em 400 mil dólares. Um dos principais objetivos das atividades de formação será impulsionar a participação dos pequenos produtores e técnicos rurais na formulação de leis sobre agroecologia e agricultura familiar.

O centro também vai estimular a capacitação em temas como tecnologias de processamento e armazenamento de alimentos e acesso a mercados de valor agreado para os produtos da agricultura familiar. Entre as cadeias produtivas visadas pela instituição, estão as culturas da mandioca, café, cacau, caju, peixe, carne e laticínios, além de frutas e vegetais.

“Não vamos mudar os sistemas alimentares (somente) com tecnologia, mas, em vez disso, precisamos fazer mudanças nas leis e na pesquisa”, afirmou o diretor-geral da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva. Em Portugal, onde participou do evento Territórios Relevantes para um Mundo Sustentável, o dirigente defendeu que é necessário “abrir a janela da catedral da Revolução Verde, para plantar a ideia de que um modelo mais sustentável e responsável de produção e consumo é possível”.

A Revolução Verde é a expressão utilizada para se referir aos avanços do setor agrícola em meados do século XX, quando o uso de novas tecnologias, fertilizantes e pesticidas gerou ganhos impressionantes de produção, sobretudo nos países em desenvolvimento. Segundo Graziano, a Revolução Verde “alcançou os seus limites e é hora de implementar diferentes modelos para combater a fome e a obesidade crescentes”.

A FAO e os países lusófonos consideram que o bem-estar dos pequenos produtores e dos agricultores familiares é fundamental para a coesão social, o desenvolvimento rural e a preservação dos ecossistemas.

A CPLP é formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São

Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Timor-Leste. Somadas, as populações desses países chegam a mais de 285 milhões de pessoas.

A agricultura familiar e a agroecologia têm um papel proeminente na Estratégia Regional da CPLP para a Segurança Alimentar e Nutricional. Esse marco foi adotado por chefes de Estado e Governo em 2012, para enfrentar a fome e a má nutrição.

As nações lusófonas também tiveram um papel fundamental nos processos que levaram à adoção da Década da ONU para a Agricultura Familiar (2019-2028) e da Década da ONU para a Nutrição (2016-2025).

Desde 1999, a FAO e a comunidade linguística trabalharam juntas em diversos projetos de desenvolvimento. Iniciativas futuras estão previstas nas áreas de políticas sobre dietas, agroecologia e a promoção dos sistemas agrícolas que são considerados patrimônios de importância global.

Com informações da ONU
Imagem (SimonDAllen) de uso gratuito em Pixabay